

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR

9,0

EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA DOS DIREITOS DE CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

MARIA CLAUDENISA LOPES B. PEREIRA

ORIENTADOR: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

COLORADO DO OESTE/2007

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

**EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA DOS DIREITOS DE CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR**

MARIA CLAUDENISA LOPES B. PEREIRA

ORIENTADOR: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

*“Monografia apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de Especialização em
Gestão supervisão e Orientação Escolar”.*

COLORADO DO OESTE/2007

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

DEDICATÓRIA

Pela convivência maravilhosa de incentivo e carinho de meus familiares, no sentido de tolerar minhas ausências, proporcionando-me força para continuar.

Os meus pais, Mansuedo Lopes Barbosa e Maria Clara Doralice Barbosa, que me deram vida. Ao meu esposo José Geraldo Pereira, companheiro, compreensivo e tolerante nas horas mais difíceis. Aos meus irmãos que acompanharam e incentivaram. E Dayane B. Pereira, minha razão de viver que na sua inocência também incentivou-me na conclusão de mais essa etapa de nossa existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, onipotente, razão da minha vida e força que me impulsiona para as realizações.

A minha família, pelo incentivo e carinho.

Aos colegas de curso destacando a presença constante companheiros e amigos de todas as horas.

A todos os professores, mestres e cúmplices no caminho das descobertas de novos mundos de conhecimento.

RESUMO

Nos últimos anos muito se tem falado de violência, até porque esta passou a fazer parte do nosso cotidiano, o que explica o interesse em discuti-la. Esta motivação é comprovada em pesquisa realizada recentemente pelos meios de comunicação, sobre os problemas que mais inquietam a população. A violência, entre outros, foi destacada por pessoas de diferentes camadas sociais, como um dos principais problemas, principalmente aquela que atinge a vida e a integridade física dos indivíduos. Para que possamos entender melhor os determinantes da violência e o papel da educação, algumas questões nos parecem pertinentes para ajudar a nossa reflexão. De que forma a violência é engendrada na nossa sociedade? Quais os valores que têm norteado as diferentes práticas sociais e entre estas, a educacional? Qual o papel da educação e da escola diante de uma sociedade com características violentas? Estas são perguntas fundamentais. Hoje, a violência está estampada nos grandes centros do nosso país e se apresenta de diferentes formas. Por isso, é mais fácil se falar de violências no plural, ou seja, a violência urbana, a policial, a familiar e a escolar. Embora considerando que todas essas manifestações de violência estão imbricadas, vamos dar um maior destaque, neste texto, à violência contra a criança e o adolescente.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	07
-----------------	----

CAPÍTULO I

1- A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	09
1.1- A criança e seu desenvolvimento mediante suas necessidades essenciais.....	13
1.2- Os adolescentes em sua formação	17
1.3-A estrutura familiar atual.,,.....	20

CAPÍTULO II

2- A REAL INSERÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO SISTEMA EDUCACIONAL E NA SOCIEDADE.....	22
2. 1 – As medidas preventivas e suas implicações a aplicações.....	23
2.2-A implementação e aplicação de atividades ocupacionais.....	26
2.3 – A escola como veículo para amenizar a problemática.....	27

CAPITULO III

3-A VISÃO DA ESCOLA EM RELAÇÃO A FAMÍLIA.....	31
CONCLUSÃO.....	41
REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA.....	45

INTRODUÇÃO

No Brasil, o trabalho infantil é proibido pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente até os 16 anos, salvo a condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Porém, existe uma grande diferença entre uma pequena tarefa doméstica e a exploração do trabalho infantil. A tarefa doméstica, como ajudar a secar a louça, varrer a casa, buscar um utensílio ou mesmo auxiliar nas pequenas funções que existem nas áreas rurais, como alimentar os animais, é um processo educativo, muitas vezes prazeroso, e ensina a criança como acontece a divisão de responsabilidades entre todos os membros da família.

Já a exploração do trabalho infantil doméstico, nas lavouras, carvoarias, ruas, lixões acarretam em uma série de prejuízos para o desenvolvimento da criança, comprometem seu rendimento escolar e sua saúde, privando a criança de fazer aquilo que é seu direito: brincar, estudar e crescer.

O trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro trata A criança e o adolescente em seus direitos fundamentais. A criança e seu desenvolvimento mediante suas necessidades essenciais. Os adolescentes em sua formação A estrutura familiar atual.

No segundo capítulo trata da real inserção da criança e do adolescente no sistema educacional e na sociedade. Para erradicar o trabalho infantil, assim como garantir todos os direitos das crianças e adolescentes, é preciso que haja um

esforço inter-setorial: governos, empresas, sociedade civil, para que sejam apresentadas soluções para as primeiras causas dos problemas.

No terceiro capítulo aborda a visão da escola em relação a família onde o professor pode e deve levar a criança e o adolescente a conhecer sua realidade e a do outro, esclarecendo e orientando para a tomada de decisões conscientes através do diálogo e discussões da problemática.

CAPÍTULO I

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O abuso com crianças é um fenômeno tão antigo quanto o próprio homem. Suas raízes apresentam de um lado, num padrão adultocêntrico de relações inter-geracionais e, de outro, no próprio regime político e econômico de cada formação social, num dado momento histórico, como afirma MACHADO (1995:62).

“A história da humanidade é um verdadeiro pesadelo, se escrita do ponto de vista da criança(...) Todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança ou responsáveis contra a criança ou adolescente que sendo capaz de causar dano físico, sexual e psicológico à vítima, implica de um lado numa transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, do outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que a criança e o adolescente tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimentos”.

Na família, a violência se manifesta de várias maneiras. Dentre as quais, destacam-se: a física, sexual ou isento, a psicológica, a negligência e o abandono. Na sociedade mediante vários aspectos como situação econômica, modismo, tráfico de entorpecentes na Constituição Federal, para tentar por vias legais uma proteção que deveria nascer na família e crescer na sociedade, mesmo com todas as leis que os protegem as crianças e os adolescentes têm sofrido abusos que são crimes de direito humanitário.

O direito das crianças serem protegidas e estarem ao abrigo de todas as formas de violência encontra-se consagrado em diferentes tratados Internacionais adaptados no âmbito das Nações Unidas, designadamente no

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Leis 1990) que, no seu artigo 24.º determina que:

“Qualquer criança, sem nenhuma discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, propriedade ou nascimento, tem direito, da parte da sua família, da sociedade e do Estado, às medidas de proteção que exija a sua condição de menor”.

Este problema tomou tamanhas proporções que está sendo visto como de âmbito mundial e também como uma questão de utilidade pública, pois sua manifestação se propaga em proporções semelhantes às das doenças infecciosas, uma vez que afeta as grandes metrópoles (Gilberto Dimenstein 1996). Portanto, esta problemática não é uma característica apenas da sociedade brasileira. Outras sociedades da América Latina e da América Central também vivem experiências de taxas elevadas de violações dos direitos humanos, inclusive a violação do direito à vida é muito freqüente, como é o caso do Peru, Colômbia, Bolívia, El Salvador e Guatemala (Gilberto Dimenstein, 1996:19).

Em relação ao Brasil, não podemos desconsiderar a história da formação do nosso povo, com a escravidão gerando comportamentos de servidão, de mando e de submissão, em que o indivíduo é desrespeitado na sua condição fundamental de pessoa humana e tratado como *"objeto"* de manipulação dos seus *"proprietários"*. Adorno (1994:121) chama a atenção para o fato de que:

“Durante o período monárquico, a sociedade resolvia os seus conflitos relacionados à propriedade, ao monopólio do poder, e à raça, utilizando, de um modo geral, o emprego da violência. E este era considerado um comportamento normal, legítimo e por ser rotineiro passava a ser institucionalizado. É como se fosse um processo natural, justificando até uma certa aquiescência da sociedade”. (Adorno (1994:121)

Ao longo da história do nosso país, o que se tem observado é que mesmo com a implantação do regime republicano, cujo fundamento básico é o bem comum e o bem público a todos os cidadãos, esse quadro de violência pouco se modificou, até porque no campo político temos convivido com várias alternâncias de regimes autoritários, ditatoriais, que explodiram o direito de liberdade dos indivíduos. Estes foram períodos que trouxeram elevados custos à convivência democrática do nosso povo, com violações do direito à vida e inúmeras mutilações físicas.

Esta realidade do nosso país serve para desmascarar a imagem tradicional de que o brasileiro *"é um povo sentimental, ordeiro e pacífico"*, conforme coloca BENEVIDES (1996:59).

O fato de a sociedade brasileira ser organizada e determinada por um modelo econômico capitalista extremamente excludente, caracterizado por uma grande concentração de renda, aliás, uma das maiores do mundo, este se constitui em um dos principais fatores da desigualdade e da violência. 50% da renda do país fica nas mãos de 10% da população, enquanto que os 20% da população mais pobres detêm apenas 2,1% dessa renda (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994). As relações são profundamente desiguais. Essas grandes diferenças geram privilégios para alguns e, conseqüentemente, a ausência de direitos para muitos.

É a sociedade do mundo capitalista que valoriza, essencialmente, o consumo, as coisas materiais, a aparência em detrimento da essência da pessoa humana. É um total desvirtuamento do significado de ser gente, ser sujeito, ser pessoa. Valores como solidariedade, humildade, companheirismo, respeito, tolerância são pouco estimulados nas práticas de convivência social, quer seja na família, na escola, no trabalho ou em locais de lazer. A inexistência dessas práticas dão lugar ao individualismo, à lei do mais forte, à necessidade de se levar vantagem em tudo, e daí a brutalidade e a intolerância.

Na verdade a escola também reflete o modelo violento de convivência social. E o mais grave é que muitos educadores não se apercebem como violadores dos direitos dos alunos. É o que podemos chamar de violência simbólica, que segundo WHITAKER (1994:109).

"Ajuda não só a obscurecer a violência que está no dia-a-dia, no cotidiano, como também a esconder suas verdadeiras causas". É "a violência sutil que, em geral, não aparece de forma tão explícita e serve para escamotear e dissimular os conflitos". WHITAKER (1994:109).

A legislação brasileira considera como criança a pessoa com idade entre zero e doze anos, e passíveis apenas da aplicação de medidas protetoras quando cometem infração (delinquência) ou se encontram em situação de risco, de acordo com o art. 101 da Lei n. 8069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As medidas de proteção ao menor almejam um caráter eminentemente desenvolvimentista e formador da cidadania, enquanto as medidas sócio-educativas pretendem-se com caráter punitivo ou recuperadoras, bem como

administrativo/punitivo. A agressividade é sempre um tema da atualidade, especialmente a agressividade juvenil, atualmente relacionada às ações das gangues, dos franco-atiradores de escolas, dos queimaduras de mendigos, dos homicidas de grupos étnicos, ou simplesmente dos agressivos intra-familiares.

A conduta agressiva entre os pré-escolares e escolares é influenciada por fatores individuais, familiares e ambientais. Entre os fatores individuais encontramos a questão do temperamento, do sexo, da condição biológica e da condição cognitiva.

A agressividade, por si só, não pode ser considerada um transtorno psiquiátrico específico, ela é, antes disso, sintoma que reflete uma conduta desadaptada. Como sintoma ela pode fazer parte de certos transtornos. Podemos dizer até, que a conduta agressiva costuma ser normal em certos períodos do desenvolvimento infantil, está vinculada ao crescimento e cumpre uma função adaptativa. Essa agressividade normal e fisiológica também é chamada de agressividade manipuladora.

LEI Nº 8069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

“Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou a lei 8.069 foi aprovado em 13 de julho de 1990 através de um movimento da sociedade civil organizada que reivindicou com ações propositivas a cidadania de crianças e adolescentes. Compreende do art. 1º ao 85º que trata das regras para procederem quanto à vida, à educação, à saúde, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar, ao esporte, à cultura e ao lazer, ao trabalho, e prevenção à ameaça e violação de direitos, ou seja, dos direitos da cidadania das crianças e adolescentes, desde a gestação até os 18 anos.

Definimos uma educação voltada para cidadania aquela em que o espaço escolar público seja capaz de formar, através de uma construção coletiva e participativa, sujeitos que conheçam seus direitos e deveres e que saibam reivindicá-los. Essa prática educacional pode ser denominada de cidadania ativa. Para que

essa prática educativa seja efetivada é preciso, antes de tudo, também formar educadores numa pedagogia denominada de "pedagogia dos direitos e deveres".

Um dos princípios dessa pedagogia é que os educadores permanentemente tragam para o ambiente escolar as causas e consequências dos fatos sociais da infância e juventude do município e por extensão do país e assim possam discuti-los e contextualizá-los numa perspectiva crítica em sala de aula com os educandos o porquê da condição de sob cidadania em que o educador e o educando da escola pública estão inseridos, construindo sócio-político e culturalmente uma prática pedagógica voltada para a cidadania.

1.1A CRIANÇA E SEU DESENVOLVIMENTO MEDIANTE SUAS NECESSIDADES ESSENCIAIS.

Para melhor entendermos devemos observar em nosso cotidiano, várias forma de violência e abusos constante que presenciamos impossíveis como a violência e exploração sexual que é “todo o ato ou jogo” sexual, relação hetero ou homo sexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa ou quanto a coação se exerce através do emprego de força física, psicologia, situação econômica e poder, objetivando obter participação da criança em práticas eróticas.

O artigo 227 expõe que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Lei 8.069)

A situação que o adolescente mais questiona é a necessidade de obedecer as regras, que em geral estão subordinadas às leis. Na verdade a lei impõe limites, nos diz o que podemos e o que não podemos fazer, elas têm um caráter histórico, porque nascem das necessidades do grupo social. E quando fazemos o que não podemos fazer, a chamada transgressão da lei é o que com

raras exceções que o adolescente sente-se atraído para transgredir, por achar que já é dono de seus atos, se achando no direito de transpor limites.

No entanto, sabemos que as leis são impostas por uma autoridade e não construídas pelo grupo e é a autoridade maior que define o peso maior ou menor de uma transgressão. Elas são conservadoras, pois pretendem manter a tradição e eliminar as ameaças que visam a desestabilização do status. A obediência às leis nos dá um retrato do aspecto moral de uma pessoa; é a moral que nos ensina a fazer o que é certo diante das leis.

De acordo com SOARES, (2001:56)

“Os pais, rechaçados e atacados, não devem revidar com a mesma intensidade. Isso só aumenta a revolta do adolescente. Devem, sim, apesar da situação difícil, procurar pacientemente entender o que se passa com seu filho. Assim não se sentirão mais atingidos pelas ofensas recebidas e, com maior calma, poderão auxiliar o adolescente a diminuir esse comportamento negativista”. SOARES, (2001:56).

A incapacidade em tolerar as dificuldades existenciais comuns a todas as pessoas que vivem em sociedade, uma falta de capacidade em lidar com os problemas do cotidiano ou com as situações onde as coisas não saem de acordo com o desejado. A baixa tolerância a frustrações das pessoas com transtorno de conduta favorece as crises de irritabilidade, explosões temperamentais e agressividade exagerada, parecendo, muitas vezes, uma espécie de comportamento vingativo e desaforado.

Essas crianças ou adolescentes costumam apresentar precocemente um comportamento violento, reagindo agressivamente a tudo e a todos, supervalorizando o seu exclusivo prazer, ainda que em detrimento do bem-estar alheio.

A construção da auto estima é essencial para prevenir desvios de conduta, mas não é só da escola essa responsabilidade, ela está ligada também, à questão da família. Uma família bem organizada, bem centrada, que olhe e apóia é um ponto fundamental no início da formação da auto-estima. Mas é na escola, através de atividades ligadas a questões da realização pessoal que a criança será direcionada para alimentar-se de bons projetos de vida. Ela irá se percebendo como um ser importante e especial, amado, e que vai também desenvolvendo seu lado afetivo, amando as pessoas e valorizando.

É a forma de relacionamento, de viver, de captar as relações com o mundo e com as pessoas que desenvolverá a criança para um adolescente consciente, e que ao se percebe dono de seu destino, não ingressará num mundo de desvios e vícios, mesmo que tentado para tal. Além do mais, nosso adolescente aprende rapidamente a se relacionar com imagens, mensagens, ideais que são tão primários quanto é o pai, a mãe, os irmãos. O grande veículo para isto é a TV, a Internet e eventualmente algum tipo de revista, qualquer um destes aparatos estão à disposição dele em casa, como uma figura familiar, com a qual ele pode relacionar-se diretamente e independentemente do pai ou da mãe.

De acordo com as idéias de SOARES (2001:170)

“A atenção dos pais deve estar voltada para os problemas emocionais e para as preocupações pessoais do adolescente, pois nele as forças contrárias atuam fortemente: quer ser grande e deseja proteção; agride e fica com complexo de culpa; quer estabilidade e busca aventuras; ama o novo e está preso à sua infância. Luta contra as influências anteriores, principalmente no que se refere a sua autoconfiança, ‘as perspectivas de vida e aos conceitos morais. Isso porque quer ser diferente (...)’.” SOARES (2001:170).

Quando o adolescente se fecha em seu quarto, os pais geralmente, ficam preocupados, por acreditarem que ele está se isolando da família e do grupo de amigos. Se pudermos entender esses signos, aos quais os adolescentes procura se apegar, teremos uma melhor compreensão dos conflitos, dos desejos e expectativas vividos por ele. O adulto que procura ser companheiro desse jovem, tem a possibilidade de abrir um espaço de conversação, para que as ansiedades e anseios sejam exteriorizados e de alguma forma atendidos, talvez não concretamente, mas em forma de acolhimento e escuta. A partir do momento que aprendemos a lidar com um adolescente, tudo passa a ser mais fácil e assim passamos a compreender o que passa na cabeça dos nossos adolescentes.

Vejamos algumas dicas de como lidar com os adolescentes de: BENEVIDES (1996:108)

- “- Mostra-lhe sincera amizade.
- Estabelecer uma comunicação baseada no respeito, na confiança e na oportunidade.
- Ter sempre muita compreensão
- Aprender a escutá-los.
- Não se cansar de animá-los.
- Exigir suavemente, mas com firmeza.

- Compartilhar dos seus projetos.
- Medir bem aquilo que lhe vai exigir.
- Manter-se firme nas decisões que se tiverem tomado.
- Ceder nas coisas de pouca "importância". BENEVIDES (1996:108)

Mas alguns estudos demonstram que grande parte dos problemas vividos nas escolas resulta de conflitos de poder entre professores e alunos. O professor possui fundamentalmente três bases de poder: *"a lei e o costume, o conhecimento e as qualidades pessoais"* (BOCK 1993:118).

"Para que estas bases de poder principalmente as qualidades pessoas, não sejam simples meio de manipulação do aluno, é necessário que elas se expressem na simpatia, na capacidade de respeitar o aluno, no bom senso em ações e atitudes, na disponibilidade para ouvir, compreender e ajudar. O poder é relacional, presumir que os professores têm poder e os alunos não o têm, é o pior dos erros que os professores podem cometer no seu esforço de controlar os alunos. Cada membro de uma organização, mesmo o mais humilde, dispõe de uma certa forma e até certo ponto (...) de um mínimo de poder (...), os alunos dispõem sempre muito mais do que um mínimo de poder. Sendo atores tão ou mais importantes que os professores no processo educativo, são também em maior número que os professores, o que só por si é uma importante fonte de poder". (BOCK 1993:118).

O aluno possui poderes legítimos, pelo menos enquanto cidadão, o poder de exigir respeito pelos seus direitos e de resistir às situações de manifesta injustiça, possui também o poder de partilhar decisões com o professor, embora por tradição, o que a escola lhe reserva é a necessidade de acatar as regras vigentes, aprender o que lhe é proposto. Contudo, não nos devemos esquecer que, para além dos poderes legítimos, o aluno possui indubitavelmente, poderes informais que se manifesta na recusa em participar, nas influências sobre os colegas com base num poder pessoal. *"A principal fonte de poder dos alunos é o grupo"* (ESTRELA 1992:89).

Os adolescentes ao criarem a sua própria pequena sociedade desenvolvem também sub culturas separadas, freqüentemente divergentes em relação aos objetivos e valores dominantes da sociedade. Deste modo, o poder de um aluno pode também avaliar se pela sua capacidade de mobilizar conjunto de interação, e por outro lado a força física que certos alunos ostentam, e que é freqüentemente associada a agressão ou ameaça de agressão, pode exercer uma influência considerável no comportamento de diferentes atores a nível da escola.

1.2-OS ADOLESCENTES EM SUA FORMAÇÃO

Cada vez mais, percebemos a desvalorização da pessoa humana e isto, conseqüentemente, vai trazendo dificuldades na sua formação. Como educadores temos conhecimento das teorias de desenvolvimento do ser humano e seus conflitos peculiares cada faixa etária, temos as tendências educacionais de cada época que conduzem para aprendizagem mais complexa humana. Infelizmente, apesar desse amplo conhecimento a escola não consegue evitar os desvios de conduta dos alunos, que se envolvem com drogas e partem até para a delinquência juvenil. Muitas vezes os alunos não são valorizados no seu estudo, no trabalho, por uma condição não somente psicológica, ou racionamento, mas também por sua condição social, onde o desemprego, a desmotivação de projeto de vida, interferem na sua boa formação.

Afirma FREIRE (1987:22):

“Saber que ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção... Não sou apenas objeto da história, da cultura, da política, faço parte não para me adaptar, mas para mudar”.

O autor quer com suas exposições, comprovar que o compromisso da escola e a função educacional, devem oferecer os alunos às diretrizes básicas para sua formação como cidadão. É na escola que a criança e os adolescentes em seus estágios de desenvolvimento, atravessarão os conflitos que fazem parte da existência humana.

Entretanto o trabalho docente e a educação, não podem resolver por si, só o problema de indisciplina dos adolescentes na atualidade, vive uma crise de limites criada pelos próprios jovens da geração anterior, hoje pais e educadores. Esse resgate aos limites não está sendo alcançados, não adianta campanhas nacionais de prevenção sobre o uso das drogas, até não haver uma conscientização docente e social das causas e conseqüências de sua utilização. É necessário, incorporara aos conteúdos programáticos os objetivos essenciais dos fins e princípios da educação atual, desenvolver atividades que respeitem os estágios construtivos e estruturais do desenvolvimento humano e saber o momento de interferir e interagir com o aluno para a prevenção dos desvios de conduta.

Os cientistas sociais em sua interpretação do impacto da sociedade moderna na fase da adolescência, argumentam que esta sociedade, longe de

produzir homogeneidade e um prematuro estabelecimento da identidade dos adolescentes, está contribuindo progressivamente para alienar os jovens dos sistemas de valores dos adultos. Essa sociedade, devido a sua fragmentação e mudanças sociais crônica, não se apresenta nítida e nem atraente para com os jovens. Estes sentem o mundo adulto com desconfiança, falta de expectativa, esperanças e sonhos.

A diferença e as controversas de se trabalhar os fatores biogenéticos e sócio-culturais para conseguir a compreensão adequada do desenvolvimento da adolescência, concluem que a educação integral só se realizará agindo aplicadas sob estes dois aspectos. Os adolescentes não podem ser considerados somente do ponto de vista de seus conflitos e processos internos, mas pelo contrário, devem ser considerados bio-socialmente, com a devida ênfase nos sistemas de valores e pressões dos grupos que circulam e com ênfase, às vezes, nos valores em conflito, dos múltiplos papéis que precisa assumir.

Mediante estes conhecimentos e a realidade do processo de ensino e a sociedade na atualidade, tendo por base os problemas inerentes a indisciplina e vícios da criança e do adolescente, e que estes recebem pelos seus meios de convivências uma amplitude de informações num âmbito globalizado de experiências e conhecimentos. Precisam saber tudo que lhes é possível e até impossível saber.

As nossas escolas precisam trabalhar na prevenção da violência escolar e, para isso, é necessário, criar um bom ambiente de trabalho, formar e educar o aluno para a responsabilidade e para a autodisciplina, construir um *clima* resolutivo ou cooperativo e ter um ensino que estimule a participação dos alunos.

Muitos alunos freqüentam a escola, porque a isso são obrigados pela lei ou por pressão da família, a falta de motivação origina situações de frustração e de descontentamento que se expressam através da agressividade, da fuga do trabalho e da apatia. Daí,

“a necessidade de adequação do currículo às necessidades e aos interesses dos alunos, da planificação cuidada, da variação de estímulos e de projeto motivadores capazes de suscitar entusiasmo e de canalizarem a energia do grupo para a produção de trabalho e para a realização de nível elevados de aspiração” (Estrela, 1992:55).

“Por outro lado, é necessário ter a consciência, de que a escola, não é um lugar onde o estudante apenas receba passivamente os valores, é pelo contrário, “um lugar de confronto ativo, de resistência

coletiva dos estudantes que, aos valores da escola, opõem os seus, os do seu grupo, refletido ou dando origem a uma verdadeira contra cultura, salvaguarda da sua dignidade” (Estrela, 1992:55).

Este comportamento de resistência pode ser explicado tendo em conta as variáveis; a classe social de origem dos alunos, o gênero, a raça, e pode estar ainda na “inadequação da escola à modificação da estrutura social da população” de modo que, é imprescindível a existência de “dispositivos pedagógicos” capazes de tornar a escola num verdadeiro centro de dialogo de culturas.

Para Estrela, (1992:107),

“Para, além disso, as escolas devem fornecer ao aluno um espaço de convívio onde ele possa crescer livremente e onde tenha liberdade para estar sem grande controlo deve ainda, criar momentos significativos para a participação dos pais. Por exemplo: as festas comemorativas, dia do patrono da escola, os inícios e fins do ano letivo etc”. (1992:107),

E o mais interessante é que os professores não vêm estas formas de relacionamento com os alunos como desrespeitosas ou violentas. Para estes, a violência na escola aparece, basicamente, na relação entre os alunos e destes para com o professor. Era como se o professor pudesse ficar isento de tais práticas, mas, na verdade, todos nós somos produtos do conjunto das relações sociais de uma determinada sociedade da qual fazemos parte. Daí a importância de termos conhecimento de como essas relações são produzidas para podermos pensar alternativas de superação.

Os jovens e os infanto-juvenis, antes de tudo precisam descobrir-se e para isso, necessitam de informações que o leve a conhecer o outro. É a partir desse aspecto que a escola deve iniciar sua função informativa e formativa. Conduzir o aluno a descoberta de si mesmo e do outro e a que sociedade se destinam. Sabemos que a aprendizagem é natural, prática e infinita, e que se dá cognitivamente acontecendo avanços e retrocessos na medida em que é assimilada.

Portanto, esclarecer e informar sob todas as visões quer sejam filosóficas, sociológicas ou psicológicas é dever da instituição que ensina, ou pelo menos tem a função de ensinar. Buscar o saber para prender a para isso, o ser humano precisa de informações, conseqüentemente, os alunos devem saber ou serem informados de sua condição humana frágil e natural, onde poderão chegar, os caminhos que deverão percorrer as informações necessárias para optarem, fazerem

sua escolha errada por opção própria, tendo por base a explicação de causa e consequência.

1.3- A ESTRUTURA FAMILIAR ATUAL.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

O desenvolvimento da capacidade, como as relações interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas de inserção social, torna-se possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Essa aprendizagem é exercida com o aporte pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para a construção de uma infinidade de significados, e não a uniformidade destes.

Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicas, e nesta visão ampla de acompanhamento e compreensão que se buscam relações mais profundas com as crianças e os adolescentes.

SAYÃO (2002:142)

“Neste momento de transformação que a humanidade está vivendo criar filhos passa a ser uma missão árdua para a maioria dos pais. Se sabermos avaliar os prós e os contras de certos limites e necessidades afetivas para um bom relacionamento, seremos companheiros de nossos filhos”. SAYÃO (2002:142)

É dessa forma premissa que surge a oportunidade para a formação de conceitos e da responsabilidade, pois o aluno, nesta diversidade de formas e conteúdos irá construir paulatinamente, mediante os valores e reflexões construtivas, seus próprios conceitos e a partir destes, responsabilizar-se pelos seus atos.

Uma das funções normais da escola é socializar a criança, ensinar-lhe por meio dos vários contatos da vida em grupo, o método de reagir que lhe possibilitarão viver satisfatoriamente no contexto social a que está destinada. É neste período que a escola tem oportunidade em relação à criança que tem problemas, dando-lhe mais atenção e proporcionando-lhe meios para seu ajustamento.

A escola deve buscar na função que lhe é possibilitada e se deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos seus alunos, informar e desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada a vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integram as diversas dimensões do ser humano.

CAPÍTULO II

2- A REAL INSERÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO SISTEMA EDUCACIONAL E NA SOCIEDADE

Quase sempre estas práticas sexuais são impostas às crianças ou adolescentes pela violência física, ameaças ou induções de sua vontade. Este abuso varia de atos com contatos sexuais, com ou sem penetração e de atos sem contato sexuais. O abuso sexual pode ainda envolver situações de exploração sexual visando lucros, e aí temos como exemplo a “prostituição e pornografia”. ADORNO (1994:69)

No Brasil, existem milhares de crianças e adolescentes de ambos os sexos, que são explorados e abusados sexualmente. Não dá para ignorar que apesar de tanta proteção das leis a infância está sendo-lhes roubada. Documentários recentes comprovam este alto índice de criminalidade com a criança, mas se voltamos um pouco no tempo comprovaremos nos arquivos que não houve muito avanço em relação às práticas sociais que passa amenizar essa crueldade. Assim, o mercado do sexo, cresce mundialmente e é milionário, apresentando-se por duas vertentes: a erotização a infantilização de produtos e serviços e a comercialização de serviços e produtos sexuais (envolvendo jovens e crianças). GAMIO, (1998:46)

Podem ser distinguidas três áreas de trabalho onde o sexo e o “corpo” são á base do trabalho:

Segundo GAMIO, (1998:58):

“- A prostituição que é a troca de favores sexuais por bens materiais;

- *A pornografia figuras, fotos, filmes, espetáculo, obras literárias ou de arte, que exibem pessoas nuas (individualmente ou juntas) visando estimular o libido de outros;*
- *O show erótico, onde pessoas mostram seu corpo ou praticam atos sexuais para um público”.*

Essas três áreas estão sempre integradas e uma contribui para a outra se sobressair no sentido de conduzir à prostituição como troca de favores econômicos e sociais e são vários os fatores que contribuem para o ingresso da criança e do adolescente na prostituição:

Afirma GAMIO, (1998:79):

- “- *A situação econômica;*
- *A estrutura familiar no direito ao exercício da sexualidade;*
- *Violência sexual;*
- *Casamento precoce;*
- *Cultura machista;*
- *A própria fase da adolescência mal orientada no seu desenvolvimento;*
- *Síndrome normal da adolescência KNOBEL; busca de si mesmo e da identidade; tendência a agrupar-se;*
- *Necessidade de intelectualizar e fantasiar e o conjunto de jogos eróticos e simbologias, divulgados pela mídia;*
- *Crise religiosa que pode ir de ateísmo intransigente ao misticismo fervoroso;*
- *Separação progressiva dos pais”.*

A prostituição infantil juvenil sempre esteve e está presente em nós sociedade e bem próxima de nós, o fato de ser tratada como violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, na medida em que implica uma relação hierárquica entre um adulto-sujeito e uma criança-objeto, com o objetivo de obter “a submissão desta aos interesses e desígnios daquele”. Enquanto violação de direitos o abuso de crianças e adolescentes constitui algo que as sociedades contemporâneas têm o interesse de ocultar, porque pertencente ao lado não-respeitável, isto é, aquele que se constitui num desmentido categórico do mito a “infância feliz”, socialmente valorizada e protegida pelos estatutos. Vem daí a grande dificuldade em reunir dados sobre reais sobre a prostituição quando a própria sociedade é cúmplice da alguns membros fazem parte da mesma.

2. 1 – AS MEDIDAS PREVENTIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES A APLICAÇÕES

Denunciar o adulto (que são muitos) é abrir caminho para novos fregueses, pois segundo os meninos “um vai, e vem três” e neste contexto a cada dia aumentam tantos os “fregueses” bem como os meninos que ingressam no esquema. Por trás desse crime há sempre a figura do explorador, às vezes na própria família e com certeza, esses explorados contam com a negligência dos pais e a desinformação, mas neste aspecto a prostituição não escolhe só a classe social mais pobre.

Num breve levantamento da realidade existente no município de Colorado do Oeste, através do Serviço de atendimento do Conselho Tutelar, detectamos os seguintes resultados¹.

- Uma média mensal de 20 casos de atendimento de violência contra a criança e o adolescente.

- 35 % destes casos são de prostituição infanto-juvenil;

- 30 % violências contra a criança (da família com maus tratos, nas ruas por estranhos e em ambiente de trabalho, onde a criança não deveria estar);

- Desses 30 % de violências, 10 % na própria família e 5 % destes, acarretam perda de paternidade pela falta de estrutura da própria família; Sendo também 30 % dos casos com filhos da família que apresentam um nível econômico e cultural mais elevado, mesmo assim, tem seus filhos envolvidos com drogas e prostituição;

Concluindo-se que os casos são mais incidentes na zona urbana, é baixo o percentual de casos de crianças da zona rural envolvidos com algum tipo de prostituição ou problemas familiares. Segundo conclusões dos Conselheiros Tutelares, as maiores causas dessa realidade são: os poucos conhecimento culturais das famílias (desinformação) e a situação econômica.

O que mais acentua-se no caso da prostituição infantil e juvenil a desinformação na formação educacional da menina que recebe no dia-a-dia estímulos que levam a acentuar sua sexualidade natural e o consumo onde não têm recursos próprios para se vestir bem e “batalha” pra se comprar. Muitas são

¹ Dados coletados no Conselho Tutelar do Município de Colorado do oeste, outubro/2001

“iniciadas” pela própria família, através de falta de diálogo sobre o assunto e a necessidade que muitos pais e mães sentem de sentirem-se livres da responsabilidade da menina e com isso incentivar namoros precoces e conseqüentemente casamentos que não duram e assim a menina-mulher é jogada no mundo a sua própria sorte, saindo com quem chamam primeiro e trocando-se por uma peça de roupa ou algum trocado.

Ao analisarmos esses depoimentos e tantos outros podemos perceber que é necessário que a sociedade tome consciência da dimensão dessa realidade e tome como seu esse projeto de desmistificar a prostituição infantil e juvenil pra que é e se apresenta em nossa sociedade. A prostituição infantil e juvenil pode ser definida como o comércio carnal da criança e do adolescente, isto é, “como sua participação em atividades sexuais com adultos ou jovens mediante um elemento de retribuição, sob a forma de dinheiro, de presentes e até mesmo de tóxicos”, a criança e o adolescente não denunciam, pois para ele o explorador é o benfeitor e a sociedade ainda cheia de preconceitos “marginaliza a vítima” e “agracia em seu meio o bandido”.

A presença de crianças e adolescentes de ambos os sexos prontos a satisfazer os apetites sexuais dos adultos não é só questão econômica e cultural em nossa época, é conseqüência de falta de ética, dos livres costumes, da sexualidade humana banalizada ao extremo, gerando a procura de todos os “refinamentos” eróticos, para exercitar uma sexualidade cansada e compensar a falta de amor e solidariedade entre os homens.

No entanto experimentamos duas possibilidades de indignação. Uma bem comportada moralista, complacente e conivente, que se esgota na piedade pelas vítimas e no lamento pela brutalidade animalesca do ser humano. Outra, comprometida, que mis do que denunciar pensa na necessidade de se compreender o fenômeno para prevenir a ocorrência.

É está segunda forma de indignação que precisamos assumir, porque não deixa de ser verdade que continuaremos a ser responsáveis por situações reproduzidas em nosso contexto social afinal somos os educadores dessa sociedade e em termos de pesquisas científicas e avanços tecnológicos conseguimos desenvolver nosso trabalho só esquecemos da intervenção prática que negligenciamos e deixamos entrar tantas formas de abuso que surgem junto com o

desenvolvimento humano que até podemos duvidar por muitos momentos se viver num país democrático é bom.

Quando deixamos de interferir numa problemática como a prostituição infantil e juvenil, porque achamos que o explorador inserido na sociedade é forte e nós somos mais fracos ou até colegas (como? Queimar um colega?), concordamos com o que vem sendo acentuada pela TV, literatura, internet, e tantas outras fontes e somos também parte desse contexto, educando os nossos filhos e dos outros e conduzindo-os para o livre arbítrio do uso de sua sexualidade, não só pra o fazer carnal, mas para toda sua realização pessoas no ato sexual como forma de “ferramenta de sobrevivência” e não a do prazer.

2.2-A IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Diante de nossa realidade e inseridos neste contexto, não conhecemos a fundo o problema e não o entenderemos se não mergulhamos nas profundezas desse negro oceano que nos rodeia e só conseguiremos auxiliares entendendo com que e como trabalhar dentro de nossas práticas docentes. Sendo conhecedores das teorias, da psicologia do desenvolvimento humano, da psicologia da aprendizagem e um pouco filósofos e sociólogos e tendo a escol como um veículo, podemos nos engajar com as equipes, instituições governamentais, ONGS e Conselho de Direito da Criança e do Adolescente-Conselho Tutelar que estão aí disponíveis para desenvolverem trabalhos em conjunto com voluntários conscientes que queriam participar e assumir uma postura correta frente aos casos e fatos existentes em nosso município.

Desde 1990 quando foi fundado nível nacional o Conselho de Direito da Criança e do Adolescente está sendo implantado gradativamente nos municípios e formam-se a partir destes os conselhos tutelares que hoje servem como auxílio a Promotoria Pública no trato de abusos e crimes contra as crianças e o adolescente, não há no momento recursos para agilizar projetos que busquem amenizar problemática da clientela assistida, mas com a participação da sociedade, essencialmente a do educador pode-se obter resultados positivos em curto prazo e em longo prazo quem sabe evitar o crescimento desse fenômeno universal que vem

assolando, o professor pode e “deve” levar a criança e o adolescente a conhecer sua realidade e a do outro, esclarecendo e orientando para a tomada de decisões conscientes através do diálogo e discussões da problemática.

Mostrar a realidade e diagnosticar os problemas, suas causas e consequências, ainda é a melhor forma de desmistificar a prostituição como consequência de desinformação. E em conjunto com os envolvidos buscar as soluções possíveis, através de ações concretas com projetos que promovam a participação social como: palestras, trabalhos de pesquisa de determinados setores, atividades culturais e esportivas e acompanhamento de grupos de risco pelos próprios adolescentes, bem como atividades preventivas com terapias ocupacionais e lazer. Vivemos num país democrático e temos garantido pela constituição os nossos direitos e deveres, então, porque não os exercemos no cotidiano, não estamos infringindo leis estamos sim, tentando fazê-las cumpridas.

Como profissionais da educação temos responsabilidade de educar para uma boa formação de nossas crianças e adolescentes, acompanhando a convivência e os atos de nossos alunos além do interior da sala de aula e nas práticas docentes dentro dos conteúdos das disciplinas orientarem e quando surgirem os problemas relacionados a falta de informação dos filhos e dos pais, principalmente nos casos de famílias mais carentes e assim, mais visadas pelos exploradores, que tanto a repudia ao mesmo tempo que cria, tomar como sua a responsabilidade e a resolução do problema.

2.3 – A ESCOLA COMO VEÍCULO PARA AMENIZAR A PROBLEMÁTICA

Ao chegar às escolas públicas, muitas crianças já são vencedoras de várias batalhas: em primeiro lugar, venceram a batalha contra a desnutrição, a desidratação, as verminoses; depois conseguiram resistir à tentação da rua, que seduz com a ilusão de liberdade; e, principalmente, elas estão apostando na escola, nessa primeira rodada da injusta competição entre a escola e o trabalho infantil.

Por tudo isso, ao adentrar pela primeira vez os portões de uma escola de primeiro grau, essa criança deveria ser recebida como heroína. Mas não é o que costuma acontecer. Ela ainda vai ter de enfrentar a violência da própria escola,

muitas vezes sutilmente disfarçada, para preservar sua imagem da demolição sistemática engendrada pelo preconceito de colegas e professores. Apelidos maldosos e brincadeiras embaraçosas são exemplos de situações humilhantes que levam muitos alunos menos adaptados a se sentir como fracasso e muitas vezes selam seu destino de excluídos.

A expectativa do professor sobre o sucesso ou o fracasso do aluno é decisiva: aqueles em cujo sucesso o professor acredita tendem realmente a ter resultados melhores. O problema é que, na maioria dos casos, as expectativas do professor se baseiam em indicadores falsos e preconceituosos, como a aparência física da criança, o grau de asseio de suas roupas, sua capacidade de concentração ou expressão. São ridicularizados e humilhados o aluno tímido, o que não consegue se exprimir com clareza, o sujo, o maltrapilho, o desatento, o que “não tem cabeça para o estudo”, o que “não tem base”. Estes vão se isolando – tratados com frieza e distanciamento, é como se deixassem de pertencer ao universo de interesse do professor.

CECCON, (1999:15)

“Cercados por dificuldades de todos os lados, os professores se sentem cansados e desanimados. Eles tem que resolver sozinhos os problemas que aparecem na sala de aula sem ter quem os ajude. Para se defender de tudo isso, eles adotam, por vezes, uma atitudes autoritária em relação aos alunos e aos pais ou então entregam os pontos e se desinteressam d sorte se seus alunos”.

Mesmo sem se dar conta, o professor atua muitas vezes como aliado dos alunos mais fortes e integrados, tornando-se agente do processo de exclusão dos menos favorecidos. Exemplos de condenações prematuras e preconceituosas se concretizam em frases como: Você não tem jeito, mesmo!; Você, não aprendeu isso até agora, não vai aprender nunca! Você de novo!; Sempre você!.

Ou, pior inda, na sala dos professores: A minha classe tem três ou quatro alunos que se salvam o resto não vai dar nem pra faxineiro! Ao passar adiante esse tipo de informação, o professor contribui para que o rótulo de “caso perdido” se transforma em uma segunda pele do aluno, que caba por incorporar a certeza de sua condenação ao fracasso na escola e na vida.

O lugar dos alunos na sala (mais perto ou mais longe do professor), o tipo de avaliação feita pelo professor (no sentido de favorecer ou de dificultar o desempenho de algumas crianças), o estímulo, ou não, á cooperação entre os

colegas, os critérios pelos quais os alunos são reunidos para trabalhar em grupos – todas essas situações exemplificam recursos que a rotina de aula oferece para reverter, ou para confirmar, o destino das crianças menos preparadas.

Estranho hospital, esse que parece só aceitar as pessoas sadias, e não tem vagas para tratar dos que estão realmente doentes e exigem os maiores cuidados. Pois são justamente estes os alunos que precisam de atenção redobrada. É sobre eles que estão os olhos cúpidos dos traficantes de drogas, dos aliciadores de menores para o trabalho clandestino, dos abutres da profissão infantil.

O professor não é responsável pelas situações de injustiça social, mas em suas mãos talvez estejam às armas mais poderosas para defender as crianças e transforma-las de vítima em agentes de mudança.

A escola é, muitas vezes, a única esperança reversão das expectativas. Pelo menos dentro de seus muros, a criança tem o direito de ser tratada com justiça e equidade, independentemente da sua capacidade de concentração, da cor de sua pele ou da qualidade de suas roupas. Talvez seja o único modelo de convivência digna que a vida lhe possa oferecer. CECCON, (1999:17)

“Tudo aquilo que eles sabem de experiências próprias e bem vivida não é levado em conta na escola. A professora corrige sua maneira de falar, seus modos, sua maneira de vestir, e, as vezes, diz abertamente que eles são incapazes de aprender e que não adianta perder tempo porque, de qualquer jeito, eles vão ser reprovados”.

O professor precisa ter consciência de que essa relação se constrói no cotidiano, em cada atitude que assume em sala de aula: seus gestos, a entonação de sua voz e sua postura corporal é registrada pelos alunos (consciente ou inconscientemente) com sinais de aprovação ou reprovação.

Um primeiro passo para mudar o quadro dessa violência sub-reptícia é ter clareza de suas opções e das implantações que elas geram. Para superar os próprios preconceitos, é imperioso conhecê-los. Colocar-se no lugar de seus alunos e conversar com outros professores, buscando ajuda para suas dificuldades, são caminhos importantes em direção a uma relação mais justa. Esse é um momento crucial para instalar a tolerância ou a intolerância, o preconceito ou a solidariedade. Para que o processo educacional seja bem sucedido, a relação entre professor e

alunos deve ser pautada pelo respeito mútuo, pela confiança dos alunos no saber do mestre e pela esperança do professor no futuro de seus alunos.

CAPITULO III

3-A VISÃO DA ESCOLA EM RELAÇÃO A FAMÍLIA

Recentemente falou-se muito da extrema violência ocorridas em algumas do país. Custa muito acreditar, mas infelizmente são fatos. Os últimos incidentes constituem motivo de crescente preocupação e exigem respostas a outras questões, como saber o que teria passado na cabeça (e no coração) dos agressores e tentar ver algo mais do que simples violência escolar. A explicação dos conflitos que por vezes surgem nas escolas podem estar associado ao abuso do álcool e drogas, a super estimulação, a depressão, ao mau ambiente familiar, etc.

Ao nível das escolas, várias são as razões de tensão e desequilíbrio, algumas são do conhecimento comum, como: turmas numerosas; escolas superlotadas, falta de equipamento didático adequado, fraco nível de remuneração dos docentes, que afasta do ensino os mais capazes, percentagem do pessoal docente sem formação profissional, percentagens elevadas de alunos oriundos de meios economicamente degradados, taxas enormes de insucesso escolar, falta de saída profissional para os alunos, etc.

Portanto, a escola não pode ser vista como existindo em si mesma, como uma qualidade inerente ao próprio comportamento, mas tem antes que ser analisada e compreendida no contexto da relação pedagógica. A sua compreensão exige um trabalho apurado de observação, descrição e interpretação, dificilmente compatível com esquemas explicativos com base numa casualidade linear, simplificadora e desresponsabilizadora

Afirma SOARES (2001:121).

“Ela está relacionada com a existência de muitos fatores e com um conjunto de fenômenos interativos na escola, de modo que é fundamental reconhecer como elementos da situação as expectativas, os conflitos de poder e os jogos de comportamentos estratégicos de alunos e professores”.

A escola é um sistema aberto em constante interação com o meio, de modo que, a problemática da indisciplina e violência surgem muitas vezes como reflexo das tensões e desequilíbrios da sociedade envolvente. Muitos efeitos da violência, intolerância, da falta de cortesia vividos fora da escola vão ecoar nela dando origem a comportamentos agressivos. A gravidade da situação atual, requer uma tomada de decisão e uma mudança nas escolas.

Toda a sociedade visa a inserção do indivíduo que se pretende ordenada e harmônica. Por isso a disciplina social transforma-se num fim educativo de caráter imediato.

Para DEMO (1994:46).

“A indisciplina que atualmente perturba a vida de muitas escolas é o reflexo dos conflitos e da violência que grassa na sociedade em geral, de modo que, a sua prevenção requer a Família, em primeiro lugar e depois a Escola. Não há dúvida, que a base para a saudável conduta moral deve ser lançada, pelos pais. São eles, em vez das escolas, que devem envolver - se primariamente em ensinar valores morais a seus filhos. O apoio social poderá evitar o surgimento de comportamento agressivo, aqueles que tiveram apoio familiar direto estão mais protegido das eventuais adversidades e, conseqüentemente, não manifestam orientação para a violência escolar, porque sabem que a escola lhe é imprescindível para prosseguirem os objetivos da vida e cumprirem as expectativas do envolvimento, enquanto que para os outros as expectativas futuras não incluem a escola como relevante, o envolvimento tolera a sua passagem pela escola encarando - a muitas vezes como um período de improdutividade”.

Hoje, o tempo de comunicação entre os Pais e os Filhos ou entre Professores e Alunos, aparece como escasso e não significativo, cada família é um problema acrescido que cada aluno tem que resolver. O aluno enfrenta um duplo problema. Como ele pode compreender que a escola não aceite a sua interrogação.

Alguns autores defendem que, a violência é relacionável com práticas educativas severas e intolerantes ou, por outro lado, negligentes e permissivas e está ligada a uma deterioração das condições da vida do grupo social (família), a falta de diálogo e o reconhecimento afigura como uma das maiores causa que levam os jovens a tomarem atitudes extremas e violentas.

A violência escolar põe a toda nós na defensiva. Todavia, nem os pais, nem as escolas, estão enfrentando o desafio da violência, ou, pelo menos, não é bastante o número daqueles que fazem isso. Deterioram - se os padrões de comportamento na escola e na sociedade, tanto os menores como os adultos estão criando gosto pela violência, mas nunca é demais enfatizar a influencia que as escolas podem exercer sobre a sociedade.

A escola deve clarificar aos olhos do aluno o tipo de “comportamento aceitável” e em que contexto. *“Toda a organização social, para alcançar os seus objetivos têm de regulamentar as suas relações e as condutas dos seus membros”* (ADORNO, 1994: 117).

Cabe ao Ministério de Educação, definir e divulgar o estatuto dos alunos dos Estabelecimentos Públicos dos Ensinos Básico e Secundário, estabelecendo os direitos e deveres gerais e consagrando um código de conduta que contempla regras de convivência e de disciplina. E, às escolas a elaboração de um regulamento interno que desse corpo aos princípios e normas gerais estabelecidas e que tivesse em conta as necessidades dos professores e as especificidades dos alunos e dos contextos.

A existência destas regras explícitas de conduta certamente irão ajudar os alunos a regularem as suas relações sociais na escola. Mas, o problema não se pode resumir simplesmente em ter regras, muitos estudos mostram que as regras formais não abrangem todas as particularidades da vida e das exigências da escola, nem se adaptam à letra a qualquer caso, o que obriga permanente negociação, e que *“os professores apresentam características e atitudes muito diferentes em relação à capacidade de negociar”* (GUIMARÃES 1998: 113).

Acrescentam ainda que, todas as interações entre professores e alunos devem caracterizar pela existência de um acordo de trabalho, assente no diálogo, negociação e responsabilização. A flexibilidade e a tolerância devem ser princípios fundamentais, pois, a rigidez de princípios e normas nas escolas é vista por alguns autores, como contraproducente.

Alguns autores consideram que, os comportamentos desviantes dos alunos podem servir também de apoio à organização, alertando para certos defeitos e opondo ao desempenho rotineiro e burocrático, sendo assim, é importante que

reconheçamos as possíveis variáveis que intervêm nesse contexto e que nos disponibilizemos a olhar com abertura não só a variável aluno, mas também a variável professor e a variável currículo e os mediadores que sustentam as interações que entre aquela tríade se estabelecem (GUIMARÃES 1998:18).

“ Devemos sempre admitir a existência de fatores sociogênicos (influências sociais culturais e familiares), biopsicogênicos (patologias variadas, depressões, auto conceito negativo, desinteresse) e ainda os fatores escolares e pedagógicos”.

Hoje, a escola é um mundo de culturas diferentes e, por isso, nela existem distintos comportamentos. Se ela não encontrar formas de atrair para si própria os alunos, teremos perante nós cada vez mais abandono escolar, para abrir as portas das cadeias, sarcasticamente, como prova da nossa incapacidade de saber trabalhar e amar.

“Os currículos flexíveis, o estudo acompanhado, uma educação para a cidadania, poderão vir a ser importantes se de fato vierem a contribuir para a igualdade de oportunidades e humanização da educação” ESTRELA (1992:12)

Já ESTRELA (1992:225).

“O autoritarismo deu lugar a exigências de participação diferenciada, criação do direito a livre expressão, a pluralidade de opiniões, a livre circulação de informação, a afirmação por distintos valores. “Uma educação “democrática” exige” igual preparação, igual oportunidade de participar em decisões significativas; direitos universais de expressão, de privacidade, direito de gozar do benefício da dúvida, igual encorajamento a todos no sentido da realização plena das exigências valorizadas pela sociedade.”

E neste contexto, é pouco nítida para o aluno a utilidade de que a escola se reveste. Para inverter esta situação, importa conferir um outro sentido à escolaridade, um sentido que motive o aluno, que estimule os professores e convença a sociedade. Os jovens sentem a falta da relação direta entre o sucesso na escola e o sucesso na vida futura, muito especialmente na vida profissional, pois, muitas vezes alcançam êxitos que a escola desconhece e não valoriza.

Muitos alunos freqüentam a escola, porque a isso são obrigados pela lei ou por pressão da família, a falta de motivação origina situações de frustração e de descontentamento que se expressam através da agressividade, da fuga do trabalho e da apatia.

Daí, ESTRELA afirma (1992:55):

“A necessidade de adequação do currículo às necessidades e aos interesses dos alunos, da planificação cuidada, da variação de estímulos e de projetos motivadores capazes de suscitar entusiasmo e de canalizarem a energia do grupo para a produção de trabalho e para a realização de nível elevados de aspiração”

Por outro lado, é necessário ter a consciência, de que a escola, não é um lugar onde o estudante apenas receba passivamente os valores, é pelo contrário, “um lugar de confronto ativo, de resistência coletiva dos estudantes que, aos valores da escola, opõem os seus, os do seu grupo, refletindo ou dando origem a uma verdadeira contra cultura, salvaguarda da sua dignidade” . Para além disso, as escolas devem fornecer ao aluno um espaço de convívio onde ele possa crescer livremente e onde tenha liberdade para estar sem grande controlo deve ainda, criar momentos significativos para a participação dos pais. Por exemplo: as festas comemorativas, dia do patrono da escola, os inícios e fins do ano letivo etc.

As nossas escolas precisam trabalhar na prevenção da violência escolar e, para isso, é necessário, criar um bom ambiente de trabalho, formar e educar o aluno para a responsabilidade e para a autodisciplina, construir um *clima* resolutivo ou cooperativo e ter um ensino que estimule a participação dos alunos.

Quando a família participa da educação das crianças, elas podem sair-se muito melhor na escola e na vida. A parceria família – escola ajuda a afastar as crianças das drogas e da violência e precisa ser permanente, transformando as escolas em centros comunitários de cultura de esporte e paz.

A instituição tem de estar preparada e sensibilizada para o fato de que muitas vezes, a família, e não apenas a crianças precisa ser acolhida e amparada.

Segundo SOARES:

“Não estou dizendo que os pais precisam ajudar o aluno a fazer o dever de casa, pois muitas vezes os pais são analfabetos, ou têm baixo grau de escolaridade, mas que o pai diga ao filho por exemplo, que está na hora de fazer o dever de casa e estimule que ele o faça, manifestando continuamente a importância dos estudos. Com isso propiciará a edificação de um capital social”. (2001:7)

Dizer que é importante a participação dos pais na escola não é novidade alguma. Todas as escolas buscam essa integração. O necessário é discernir de qual participação se está falando. O envolvimento dos pais não só contribuem, com o processo escolar como também para melhoria do ambiente familiar no sentido de provocar maior compreensão do processo de crescimento e,

portanto, da aprendizagem da criança e certamente influenciará positivamente o seu curso de desenvolvimento e em relação ao seu rendimento escolar.

A educação dos filhos é uma preocupação de pais e educadores, e sendo assim, compete à escola promover essa interação que pode ser realizada através de várias atividades. A realização, de festas e outros eventos na escola, proporcionam a aproximação dos pais com a mesma, estabelecendo vínculos afetivos que podem garantir um maior envolvimento com o cotidiano da sala de aula, e, podemos ainda, envolvê-los na tarefa escolar, que é uma maneira de auxiliar os filhos, estando mais próximos deles e com isso estarão se integrando na aprendizagem dos mesmos e, portanto, participando mais ativamente dos diversos procedimentos que envolvam a escola.

Como afirma SAYÃO: (2002:19)

“A parceria importante da família com a escola, é no sentido de estimular a criança a se envolver ativamente na vida escolar, a ter curiosidade por aprender e interpretar o mundo. Cabe à escola transformar esse impulso em um gosto pelo saber e pela própria escola, permitir que o aluno entenda o sentido de saber fazer contas de dividir e multiplicar, escrever bem o português. Mas um sentido prático para sua vida”.

A relação escola-família pode ser descrita como todas as formas de contato entre as escolas e as famílias (professores e pais) e vice-versa. Sabemos que existem vários níveis e maneiras de a escola e a família se relacionarem produtivamente visando sempre o bem estar e o sucesso escolar das crianças. Infelizmente, ainda não podemos contar com a fórmula precisa que auxilie todas as escolas e dê conta de diferentes contextos, para colocar em prática o que é descrito pelas tipologias (em suas diversas maneiras de envolvimento de pais).

No entanto, é ponto pacífico que a escola não pode excluir os pais do processo escolar e dividir as responsabilidades de pais e de profissionais da educação. O envolvimento de pais, devido ao seu caráter mutável (em relação à comunidade que servimos, mas precisamente os diversos tipos de estrutura familiar que hoje existe na sociedade e aos estágios de desenvolvimento das crianças) deve-se, entretanto, acompanhar as mudanças que ocorrem não só na sociedade em geral, como também as demandas das três partes envolvidas escola, família e crianças.

Para atingir níveis mais complexos de relacionamento, o processo pode muitas vezes ser lento, porém, produz resultados positivos. Mesmo não sendo especialistas em educação e nem se pretende isso os pais são capazes de avaliar se uma escola é organizada ou não e se há disciplina e cumprimento dos deveres.

É preciso salientar que o envolvimento dos pais com a escola e a educação escolar é um processo que se desenvolve à medida que, as necessidades vão sendo identificadas e as pessoas envolvidas vão se aproximando e se conhecendo mais. Esse processo tem um caráter flexível. Anda sempre em direção à necessidade de todas as partes envolvidas, e, principalmente, em favor das crianças.

Como em qualquer outra instituição a escola constrói a sua cultura baseada nas contribuições a todos, mas, principalmente, com as contribuições vindas de casa, com as crianças. É preciso então que a escola e os pais se relacionem mais claramente para que tudo seja feito de modo a suprir ambos os lados satisfatoriamente.

Atualmente o ensino tende para a valorização da família com o intuito de criar uma escola bem diferente da que conhecemos, onde família e escola possam dialogar, duvidar, discutir e compartilhar saberes, onde a família tenha autonomia para escolher juntamente com o corpo docente e discente os rumos da educação, onde saberes sistematizados não são tratados como dogmas e sim como algo aberto a discussão, uma escola onde os pais sejam tratados com respeito, como alguém capaz de pensar, agir, transformar, uma força acrescida para lutar com objetivos comum em prol do aluno.

Sabe-se, pela prática que a importância que os pais dão a educação e a escola influi fortemente nos estudos da criança. O grau de estima e de valorização que se dá em família, aos estudos é gerador de motivação até o aprendizado escolar. O acompanhamento da vida escolar é elemento fundamental para construir o sucesso. É na escola e a criança passa boa parte do seu dia e é em função dela, que ela vive outras horas em casa. Cada vez mais a educação dos filhos requer trabalho conjunto em sintonia com a família, pois na verdade pais, filhos e professores estão interligados entre si, formando uma corrente que ajuda a aprender e formar personalidade. Isso implica em consciências sobre todos os aspectos, aliás, consciência também por parte dos governantes, sociedade escola, comunidade.

Conforme BOCK (1993:244) *“A escola ao lado da família e responsável pela transmissão das normas e valores de caráter mais geral, necessário a inserção do indivíduo na sociedade.”*

Constata-se a necessidade de se trabalhar em conjunto principalmente, escola e família, para que todas às crianças possam receber ensino consciente e de qualidade, temperado com muito amor. A educação, enfim é dever de toda a sociedade e esta deve envolver-se totalmente em sua melhor realização. Nós educadores que reconhecemos a absoluta importância da escola na reversão desse quadro, precisamos, com urgência, arregaçar as mangas e passar a ter a família como parceria nessa empreitada.

Devido ao seu papel social a escola não pode ser considerada como uma unidade isolada, ao contrário ela precisa ser vista como um grupo de personalidades em constante interação. Equipe Escolar e Comunidade precisam atuar concomitantemente em uma cooperação de papéis tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

Observa GADOTTI: (2004:35)

“Em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, mães, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola”.

Para a superação de tais equívocos educacionais, se faz necessário que o educador consciente da importância de seu papel na sociedade se sinta disposto a desenvolver competências relacionadas a sua prática pedagógica. Segundo PERRENOUD (2000:154)

“Entre estas competências, de suma importância no processo educativo, está a necessidade de informar e envolver os pais.

Trazer os pais para o convívio escolar é importante, no sentido de mostrar a comunidade que a participação efetiva destes na vida escolar de seus filhos, expressa um comprometimento político com a educação, uma vez que esta é peça chave para o progresso individual e coletivo. O educador precisa desenvolver certas competências tendo em vista a melhoria das próprias condições de trabalho, e ampliando assim a qualidade da educação como um todo (...).”

O envolvimento da comunidade na escola como uma das competências a ser desenvolvida pelo educador, para que isto aconteça é imprescindível o comprometimento pessoal de cada educador em se libertar do estigma da escola isolada, sendo necessário, portanto, que as famílias juntamente com as instituições de ensino se responsabilizem pela educação de seus filhos.

A partir da convicção de que a escola é um espaço importante na formação de sujeitos ativos e participativos da realidade e que tal participação deve primeiro se iniciar pelo envolvimento dos pais na colaboração e construção de uma prática educativa baseada no diálogo e na participação, na qual o ambiente escolar está permeado pela práxis dos direitos humanos.

PERRENOUD garante que

“Não se consegue compreender nada das relações entre os pais e a escola ignorando a impossibilidade de escapar ao que Berthelot (1983) chamou de “Armadilha escolar”. O fato de o dever de informar e envolver os pais agora faz parte das atribuições dos professores e requer competências correspondentes não deveria fazer com que se esquecesse que o direito à informação é a consulta não apaga a obrigação escolar, o que, de certo modo, é uma maneira moderna de torná-la tolerável aceitável para os pais igualmente escolarizados que recusam que seu filho seja instruído ou educado sem serem consultados”. (2000:112)

Estas habilidades precisam ser desenvolvidas em cursos de formação de professores. Envolver e informar os pais, enquanto competência a ser desenvolvido pelo educador, não é em si, um saber ou atitude, mas mobiliza, integra e orchestra recursos extras. O exercício de tal competência envolve operações mentais complexas, que permitem as realizações de ações adaptadas a determinadas situações construídas por meio da aprimoração de saberes.

Não é o caso de professores abrirem mão dessa responsabilidade e jogarem a culpa nas famílias, mas é preciso encontrar um ponto de equilíbrio. é preciso que haja uma reaproximação com os pais, para que se formam cidadãos, produtivos, participativo, críticos e respeitosos. Más essa missão não é nada fácil, pois envolve lidar com emoções, motivações, valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, suas responsabilidades e compromisso.

Conforme FREIRE: (1987:137)

“É de sua importância o dialogo entre pais e filhos sobre os acontecimentos em sala de aula, que os pais vejam os cadernos dos filhos fatos ocorridos em sua fase escolar, demonstrem honestidade e justiça nos atos e palavras. Mesmo quando os pais não “dominam” a

matéria que o filho está estudando ficar ao lado dele estimula e incentiva, para que faça as tarefas de casa, este gesto levanta a auto-estima e conseqüentemente o estudante vai ter maior interesse pela escola”.

Os pais devem junto com os professores direcionar a educação das crianças para o lado humanitário, isto é, tratar de vários assuntos que hoje são ignorados. A formação política, com aberturas a grêmios; as situações limites. Falar sobre dor morte, separação, fracasso e espiritualidade.

Abordar a sexualidade, tratando da higiene corporal, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, falar sobre afetividade na construção da família e de casamento. Com o dialogo franco e aberto, com certeza muito mais que a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho terá pessoas responsáveis, felizes e cidadãs, a final de contas esta é a verdadeira missão da escola e da família.

A aprendizagem é uma dessas dificuldades, onde podem surgir bloqueios na idade escolar por sentir medo de enfrentar novos amigos e um ambiente diferente. Por isso muitas vezes a escola torna-se um obstáculo, porque nem todos pertencem a uma família com recursos suficientes para uma vida digna. Geralmente, deparamo-nos com situações diversas: aquela em que os pais são separados e a criança vive com um deles; ou a criança é órfã; ou então vive num lar desunido, ou mesmo mora em casa de parentes, por não ter seu próprio lar, ou as dificuldades financeiras dos pais tornam-se um empecilho para a aprendizagem da criança.

Apesar desses problemas todos, elas querem aprender, necessitam da escola e sabemos que só através do ensino é que se tem a possibilidade de mudar de vida. Porém, muitas vezes a forma como o aluno é tratado no ambiente escolar, faz com que ele desista, julgando-se incapaz. Sendo assim, muitos não conseguem superar este descaso e abandonam a escola antes mesmo de atingir seus objetivos.

CONCLUSÃO

A partir da conceituação da sexualidade e do reconhecimento de sua importância no desenvolvimento global, serão apontados as possibilidades e os limites da atuação nesse campo para os educadores.

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam.

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação.

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimento e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem tratadas na aprendizagem e intimidade do

comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado.

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é possível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. Por exemplo, na discussão sobre a virgindade entre um grupo de alunos de oitava série com seu professor abordam-se todos os aspectos e opiniões sobre o tema, seus significados para meninos e meninas, pesquisam-se suas implicações em diferentes culturas, sua conotação em diferentes momentos históricos e os valores atribuídos por distintos grupos sociais contemporâneos.

Após essa discussão é uma opção pessoal do aluno tirar (ou não) uma conclusão sobre a virgindade naquele momento, não sendo necessário explicitá-la para o grupo. Já no espaço doméstico o mesmo tema, quando abordado, suscita expectativas e ansiedades dos pais, questões muito diferentes das discutidas em sala de aula.

Assim, propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam esse trabalho apontam para alguns resultados importantes: aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. Quanto às

crianças menores, os professores relatam que informações corretas ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula.

O educador deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez fazem parte de seu processo de desenvolvimento. O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tem acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema.

O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; prepara-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.

Ao atuar um profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças, e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. O professor, assim como o aluno, possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares.

Não se pode exigir do professor uma omissão absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais valores que cultiva em relação à sexualidade.

O trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa. Para um bom trabalho de Orientação Sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professores. Para isso, o professor deve mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder as perguntas de forma direta e

esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual.

Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação as questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre gêneros e a dignidade de cada um. Ao orientar todas as discussões, deve ele próprio respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Violência**: um retrato em branco e preto. In: Revista Idéias - nº 21. São Paulo: FDE, 1994.

ALENCAR, Eunice M.S.L. de. **A criança na família e na sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982

BENEVIDES, Maria Victória et. al. **A violência é coisa nossa**. In: **A violência no esporte**. São Paulo: Secretaria. da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1996

BOCK, A . M. B. **As influências do barão de Munchausen na psicologia da educação**. In: TANAMACHI, E. de R., PROENÇA, M. e DA ROCHA, M. L. (ORG.) **Psicologia da educação**: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

BRASIL. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9394/96.

CECCON, claudius, **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Violência social. Prenúncios de uma avalanche**. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília. V.1, n. 3, p. 9-33, jan./jun. 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto- A **Epidemia da Violência**- Folha de São Paulo, 22/09/96.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 2. ed. Porto: Porto, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Relatório: Situação da Infância Brasileira**. Brasília, 2001.

GADOTTI, Moacir e outros. **Cidade educadora**. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, Moacir e Ramão José E. (orgs) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001

GAMIO, XIOMARA RUIZ. **La Sexualidade Humana**. Centro de investigación en ciencias sociales y humanidad. Universidad Autonoma Del Estado de Mexico. 1998.

GUIMARÃES, Pedro Wilson. **Direitos humanos no terceiro milênio**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

Lei 8069, de 13/07/1990, **o Estatuto da criança e do adolescente**, e da Lei 10406, de 10/01/2002.

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento, a inteligência e a pratica docente. São Paulo, Cortez, 1995.

PERRENOUD. P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAYÃO. Rosely. **Família e escola: parceiros ou rivais?** TV Escola Nº 28. Ago./ set. 2002.

SOARES. Francisco. **Jornal do MEC.** Nº 8, Brasília, Mar. 2001.

SOARES, Guiomar Freitas. **A Criança e seus direitos da liberdade, do respeito e da dignidade.** Revista Momento, do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento. Rio Grande, V. 7, p. 225-229, 2001.

WHITAKER, Dulce. **Violência na escola.** In Revista Idéias, nº 21, São Paulo: FDE, 1994